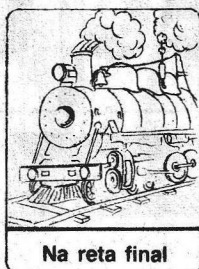


Aparecido dá prioridade à periferia

Brasília — Dez meses depois do início de uma gestão tumultuada por reivindicações salariais e greves de médicos, enfrentando um alto índice de desemprego, graves problemas na área de saúde e um déficit habitacional de cerca de 100 mil unidades, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, diz ter pelo menos uma certeza: “Se ainda não consegui resolver todos os problemas, pude pelo menos reverter a tendência tradicional de aplicar 70% dos recursos orçamentários no Plano Piloto e apenas 30% nas cidades-satélites, onde mora a maioria da população”.



Não é pouco, de acordo com o governador. Em 21 anos de regime militar — “governada sempre por um coronel, pois o presidente era general” — Brasília, segundo Aparecido, foi administrada de “costas para as cidades-satélites”, que são nove e, em torno do Plano Piloto, abrigam as populações mais pobres. E, por isso, os problemas se foram acumulando. O nível de desemprego, por exemplo, atinge mais de 60 mil trabalhadores, numa região onde anualmente ingressam no mercado de trabalho cerca de 30 mil pessoas e outras 200 mil (30% da força de trabalho) atuam em condições de subemprego.

Deslanchar obras

Após um mês de governo consumido na solução de problemas urgentes herdados de gestões anteriores — como a greve dos médicos de Brasília — o governo de José Aparecido, que assumiu no dia 17 de março de 1985, nomeado pelo presidente José Sarney, passou a “deslanchar suas obras”, na expressão do secretário de Governo, José Carlos de Melo. A primeira delas, segundo Melo, exigiu recursos da ordem de Cz\$ 700 milhões: o saneamento de toda a bacia do Lago de Paranoá (que banha o Plano Piloto, Guará e o Núcleo Bandeirantes, as duas últimas, cidades-satélites). A poluição ameaçava de morte o lago e a solução do governo foi construir uma estação de tratamento de esgotos.

Para Melo há, no entanto, três outras prioridades: escolas, transporte e habitação. Em relação às escolas pouco foi feito, embora a população do Distrito Federal cresça à proporção de 7% ao ano e mais da metade dos habitantes tenha menos de 19 anos. Foi inaugurada uma escola pré-fabricada com capacidade para 1 mil alunos e existe um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer para construção de escolas integradas, de três andares, com ginásios, salas de aulas e restaurantes, também com capacidade para 1 mil alunos.

Quanto ao transporte coletivo urbano, segundo o secretário José Carlos Melo, foram adotadas medidas de curto e longo prazo. De imediato, disse ele, o governo decidiu reduzir de 25% para 19% o percentual de gastos do usuário de baixa renda com o transporte, nas cidades-satélites. E introduziu o sistema de caixa-única, através do qual o controle financeiro do transporte coletivo passa a ser do governo e os operadores privados recebem por tarifa. Além disso, o governador encaminhou uma mensagem de lei ao governo federal pedindo autorização para dar um novo subsídio ao transporte coletivo com vistas a reduzir ao nível de 6% os gastos do trabalhador de salário mínimo com transporte. A longo prazo, as alternativas do governo do Distrito Federal serão definidas por uma comis-

essa medida milhares de pessoas que adquiriram os imóveis — e de ferir interesses de empresas privadas — o governo parece decidido a ir até o fim nessa questão. “O governador tem dado todo o apoio para se apurar todas as irregularidades, sem se submeter às pressões de quaisquer natureza”, diz o secretário Carlos Magalhães Gomes.

Quadro estável

Para o governador José Aparecido a questão em Brasília não se trata de plantar uma cidade nova. “Trata-se, isto sim, de dar melhores condições de vida a uma população de mais de 1,6 milhão de habitantes que não estava prevista nos planos iniciais”. Nesse sentido, de acordo com os técnicos do governo, foi funda-



Aparecido: “Não é fácil ficar, mas é difícil sair”

são integrada também por técnicos do governo federal.

Loteamentos

Se isso foi feito sem maiores polêmicas, o mesmo não se pode dizer em relação à questão habitacional. A partir de julho do ano passado o governador mandou sustar os loteamentos irregulares, envolvendo mais de 25 mil compradores, e a questão se encontra hoje na justiça, onde o secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães Gomes, está sendo processado pelo subprocurador geral do Estado José Meirelles. “Atingimos interesses de pessoas que estavam fazendo loteamentos clandestinos e retalhando grave e criminosamente o Distrito Federal”, disse Aparecido.

Até agora já foram notificados 119 loteamentos irregulares, dos quais 36 em terras desapropriadas e incorporadas ao patrimônio da Terracap, a empresa do governo, e o restante em áreas de proteção ambiental. Apesar de atingir com

mental o aprimoramento da máquina administrativa. O quadro de servidores, por exemplo, atualmente da ordem de 76 mil pessoas, foi mantido praticamente estável. A arrecadação tributária cresceu 21,9% de 1984 para 1985, segundo o secretário de Governo, José Carlos Melo, “graças à reativação da atividade econômica e à melhoria do aparelho arrecadador”. E a transferência dos recursos da União para o Governo do Distrito Federal aumentou para 52% (de um orçamento previsto para este ano de Cr\$ 6,6 bilhões).

A preocupação do governador José Aparecido não se limitou, contudo, às questões administrativas. Pinçado do Ministério da Cultura para o governo do Distrito Federal, Aparecido caracterizou sua gestão também por diversas obras no setor cultural, contando para isso com a colaboração do arquiteto Oscar Niemeyer, do urbanista Lúcio Costa e do paisagista Burle Marx, a tráfide construtora de Brasília.

Decisão só com análise

Brasília — “Não é fácil ficar no governo, mas também é difícil sair.” Com essa frase de conteúdo nitidamente mineiro, o governador José Aparecido, 56 anos, define sua situação política às vésperas do encerramento do prazo de descompatibilização no dia 15 de maio próximo, para os governadores que pretendam disputar as eleições de 15 de novembro. “Antes de tomar qualquer decisão, terei primeiro que fazer uma avaliação com o presidente José Sarney”, disse ele.

Não que Aparecido despreze a possibilidade de ser eleito senador no primeiro pleito direto a ser realizado em Brasília, em novembro. Mas, enquanto não receber o sinal verde de Sarney — “estou cumprindo uma missão do presidente” —, ele diz que não abre mão do governo do Distrito Federal, onde chegou, por via indireta, a 17 de maio de 1985. Foi uma chegada meteórica. Eleito deputado federal pelo PMDB mineiro, em 82, Aparecido, um ex-jornalista político do antigo *Correio da Tarde* de Belo Horizonte, foi secretário de estado do governo de Minas, ministro da Cultura, indicado pelo presidente Tancredo Neves, e governador do Distrito Federal — tudo isso em apenas três anos. Uma carreira que muitos políticos levam mais de dez anos para fazer.

Também com rapidez, agilidade e extrema habilidade, conseguiu administrar as oito correntes políticas existentes no PMDB, em Brasília, e fazer alianças com o Partido da Frente Liberal para compor seu secretariado. Carlos Murilo, um afilhado do ex-presidente Juscelino, por exemplo, que tinha pretensões de ocupar o Palácio Buriti, ganhou a Secretaria de Serviços Públicos — de onde está saindo agora para disputar uma das três vagas ao Senado pelo Distrito Federal.

Seu pensamento no momento, ele diz, é administrar a vida política e social do Distrito Federal. “Eu estava numa situação confortável no Ministério da Cultura quando fui convocado para vir para cá”, diz Aparecido. Por isso, não adianta muito fazer planos.